

DESTAQUE

DISCRIMINAÇÃO RELACIONADA AO HIV CONTRA MULHERES E MENINAS



#ZERO DISCRIMINAÇÃO
PARA MULHERES E MENINAS

DISCRIMINAÇÃO RELACIONADA AO HIV CONTRA MULHERES E MENINAS

Em todo o mundo, a desigualdade de gênero, a violência, a pobreza e a insegurança continuam alimentando o risco excessivo de infecção por HIV entre mulheres e meninas, especialmente entre aquelas que vivem em comunidades marginalizadas e excluídas.

ASSEGARAR PARTICIPAÇÃO IGUAL NA VIDA POLÍTICA

A liderança e o envolvimento das mulheres em todos os níveis da resposta à Aids são cruciais. Muitos países têm envolvido cada vez mais mulheres e jovens no desenvolvimento de políticas, diretrizes ou estratégias de HIV. No entanto, não está claro até que ponto suas perspectivas são realmente levadas em consideração quando as decisões são tomadas. Os dados reportados ao UNAIDS mostram que nem todos os países estão respeitando os direitos das comunidades mais afetadas de participar das decisões nacionais sobre o HIV.

Por décadas, as organizações de mulheres estão na vanguarda da resposta à AIDS, mobilizando comunidades para exigir responsabilidade e justiça social para as pessoas que vivem com HIV e para uma agenda inclusiva baseada em direitos. Seu trabalho e criatividade foram vitais para o progresso realizado contra a epidemia de HIV e para a defesa dos direitos de mulheres e meninas. Essas organizações e as comunidades a que servem devem permanecer no centro da resposta à AIDS. Se isso acontecer e os compromissos da Declaração de Pequim e da Plataforma de Ação forem cumpridos, o mundo poderá acabar com a epidemia de AIDS como uma ameaça à saúde pública.

DEFENDER DIREITOS HUMANOS E LEIS QUE EMPODERAM

Embora alguns países tenham trabalhado para consagrar e proteger os direitos das mulheres nas leis e estatutos, muitos outros demoraram a agir. Como resultado, um número considerável de leis que discriminam mulheres e meninas seguem em vigor, enquanto as leis que defendem os direitos básicos das mulheres, protegendo-as de tratamentos desiguais, estão longe de ser a norma. A suspensão de leis discriminatórias é um alicerce básico para uma sociedade equitativa—e para uma resposta eficaz à AIDS.

Os desequilíbrios de poder entre os gêneros alimentam a epidemia e ocorrem em todos os eixos da resposta à AIDS. Eles prejudicam a capacidade das mulheres de decidir como, quando e com quem fazem sexo. Estes desequilíbrios definem a forma como as mulheres e meninas usam os serviços de saúde e de HIV. E restringem as chances de as mulheres levarem vidas livres da violência de gênero e de encontrarem reparação quando seus direitos forem violados. A idade de consentimento para um teste de HIV deve ser reduzida para 15 anos ou menos.

As leis punitivas limitam a capacidade das profissionais do sexo de negociar o uso de preservativos com os clientes e de evitar a violência, além de prejudicar seu acesso aos serviços de prevenção e tratamento do HIV. Não é incomum a polícia considerar a posse de preservativos, por exemplo, como evidência de que as mulheres estão vendendo sexo e como base para assédio, suborno, prisão ou violência. A criminalização do uso de drogas também afeta desproporcionalmente as mulheres que usam drogas. Em países com leis severamente punitivas, essas populações-chave têm taxas significativamente mais baixas de testagem para o HIV.

A descriminalização funciona e é vital para a prevenção bem-sucedida do HIV. Estudos sugerem que entre 33% e 46% das novas infecções por HIV entre profissionais do sexo e seus parceiros podem ser evitadas em 10 anos se reformas legais e outras ações forem implementadas para criar ambientes de trabalho mais seguros e facilitar o sexo mais seguro. Da mesma forma, em países onde o uso de drogas é descriminalizado e a redução de danos abrangente está disponível, as taxas de infecção pelo HIV tendem a cair acentuadamente entre as pessoas que usam drogas.

GARANTIR JUSTIÇA ECONÔMICA

A discriminação contra mulheres e meninas nos sistemas educacionais e nos mercados de trabalho cria insegurança econômica e social, que prejudica o poder de ação e o bem-estar das mulheres. Muitas meninas continuam sem escolaridade se estiverem grávidas. As mulheres estão desproporcionalmente representadas em setores informais e não regulamentados da economia. Somam-se a essas desigualdades também o peso do trabalho não remunerados e do trabalho doméstico, os direitos desiguais de propriedade e herança e a autonomia financeira limitada, que determinam o rumo das vidas de muitas mulheres e meninas em todo o mundo.

A discriminação de gênero restringe as oportunidades econômicas das mulheres e limita seu poder de decisão nos relacionamentos e nas famílias, aumentando assim o risco de infecção por HIV. A prática de sexo transacional, inclusive entre mulheres jovens e homens mais velhos, e a manutenção de múltiplos parceiros podem ser uma estratégia de sobrevivência para as mulheres que vivem na pobreza e aquelas que enfrentam oportunidades limitadas de subsistência. Mas essas estratégias também aumentam o risco de infecção pelo HIV.

O acesso universal à saúde representa também um impulso para o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade. Isso acarreta uma ampla gama de melhorias. Essas mudanças incluem remover barreiras específicas de gênero, eliminar estigma e discriminação, desenvolver estratégias personalizadas para adolescentes e envolver diversas comunidades de mulheres na tomada de decisões e no monitoramento do acesso a seus direitos. As despesas diretas e as taxas de utilização dos serviços de saúde, por exemplo, privam mulheres e meninas que não têm meios econômicos ou autonomia sobre os benefícios dos cuidados de saúde.

Os países com políticas e programas de notificação de parceiros assistidos devem garantir que tais notificações sejam voluntárias e que a confidencialidade seja protegida, o que é especialmente crítico quando mulheres grávidas e outras mulheres são diagnosticadas com HIV.

ACABAR COM A VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

A violência baseada em gênero é inaceitável, uma violação dos direitos humanos mais fundamentais das mulheres, e deve ser eliminada. É essencial fortalecer o ambiente legal e político para proteger mulheres e meninas da desigualdade e da violência de gênero, que criam barreiras aos serviços de HIV.

Homens perpetradores de violência contra mulheres tendem a ter maior risco de HIV e infecções sexualmente transmissíveis, além de usarem menos preservativos, o que aumenta o risco de transmissão do HIV. O abuso durante a gravidez torna menos provável que as mulheres procurem o teste de HIV ou serviços para impedir a transmissão vertical (de mãe para filho) para recém-nascidos.

O fato de ser uma pessoa vivendo com HIV também pode desencadear violência. Mulheres vivendo com HIV relatam frequentemente experiências de violência ou medo de violência, inclusive de parceiros íntimos e familiares. Para muitas, a violência começou ou aumentou após o diagnóstico de HIV. As mulheres que vivem com HIV são especialmente suscetíveis à violência institucional, maus-tratos e violações de direitos reprodutivos em serviços de saúde, incluindo esterilizações e abortos forçados.

A violência e o medo da violência restringem o acesso aos serviços de HIV, além de contribuir para que seja especialmente difícil para as mulheres decidir se e com quem fazem sexo, assim como negociar sexo mais seguro. A violência desencoraja muitas mulheres que vivem com HIV a falar abertamente sobre seu estado sorológico positivo para o vírus a parceiros, familiares e profissionais de saúde, o que representa uma barreira para que as mulheres e meninas mantenham o tratamento para o HIV. Evidências recentes também sugerem que o estresse causado pela violência pode potencialmente minar a eficácia da terapia antirretroviral.

MENINAS ADOLESCENTES E MULHERES JOVENS

Educação sexual adequada à idade, programas de educação em habilidades para a vida e apoio a grupos de mulheres e meninas devem ser oferecidos. Meninas adolescentes e mulheres jovens de populações-chave requerem programas dedicados que sejam liderados pela comunidade e que prestem serviços de confiança para as comunidades a quem servem.

Uma grande proporção de países em todas as regiões restringe o acesso de adolescentes à testagem e ao tratamento para HIV. Esses tipos de leis e políticas também podem complicar ou dificultar o acesso de adolescentes à profilaxia pré-exposição, ferramenta de prevenção altamente eficaz.



PRESTAR CUIDADOS DE SAÚDE SEM ESTIGMA OU BARREIRAS

O direito das mulheres de controlar as decisões sobre suas vidas sexuais e reprodutivas é fundamental e deve estar no centro da resposta à AIDS. Leis e políticas devem proteger esses direitos para todos, sem discriminação. As pessoas cujos direitos sexuais e reprodutivos são violados devem ter acesso à justiça e à reparação legal.

O comportamento estigmatizante em relação a mulheres vivendo com HIV ou jovens sexualmente ativas precisa acabar porque isso as impede de acessar serviços de saúde.

Na maioria dos países, trabalhadoras do sexo, mulheres trans, mulheres que usam drogas e mulheres em situação de prisão têm chances muito maiores de contrair o HIV do que as demais. As mulheres de populações-chave que vivem com HIV são particularmente suscetíveis à violência, ao estigma e à discriminação e precisam de apoio dedicado de seus pares.

Os homens devem desempenhar um papel essencial na proteção de sua própria saúde e na saúde de suas parceiras e crianças, além de garantir que as mulheres estejam em um ambiente favorável durante toda a gravidez. Estratégias que convocam os homens a assumirem a responsabilidade por sua saúde por meio da testagem e do tratamento para o HIV e a trabalhar para prevenir a violência contra as mulheres e empoderá-las são essenciais para melhorar a saúde materno-infantil.

OFERECER EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA GRATUITA

Educação primária e secundária gratuita para todos os jovens, incluindo mulheres jovens e meninas, é um divisor de águas para a resposta à AIDS. Evidências de países de alta prevalência na África mostram que manter as meninas na escola reduz pela metade o risco de infecção pelo HIV. Demonstrou-se que o empoderamento de mulheres e meninas por meio de incentivos, como transferências de dinheiro vinculadas à frequência escolar, reduz as novas infecções pelo HIV e aumenta a probabilidade de mulheres jovens e adolescentes permanecerem ou voltarem à escola.

O conhecimento da prevenção do HIV entre os jovens é assustadoramente baixo. Essas lacunas de conhecimento também se estendem a outros aspectos da saúde sexual e reprodutiva, incluindo infecções transmitidas, contracepção e conceitos errados sobre menstruação entre meninas, que precisam ser resolvidos com urgência. Educação sexual abrangente e apropriada para a idade deve ser fornecida para todas.

LUTA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Alguns grupos, tais como pessoas vivendo com HIV, mulheres e crianças, e populações-chave em maior risco, como pessoas trans, profissionais do sexo, pessoas que usam drogas e pessoas em situação de prisão, são mais afetadas pelo HIV e sua vulnerabilidade é agravada em uma emergência, situação de desastre ou conflito.

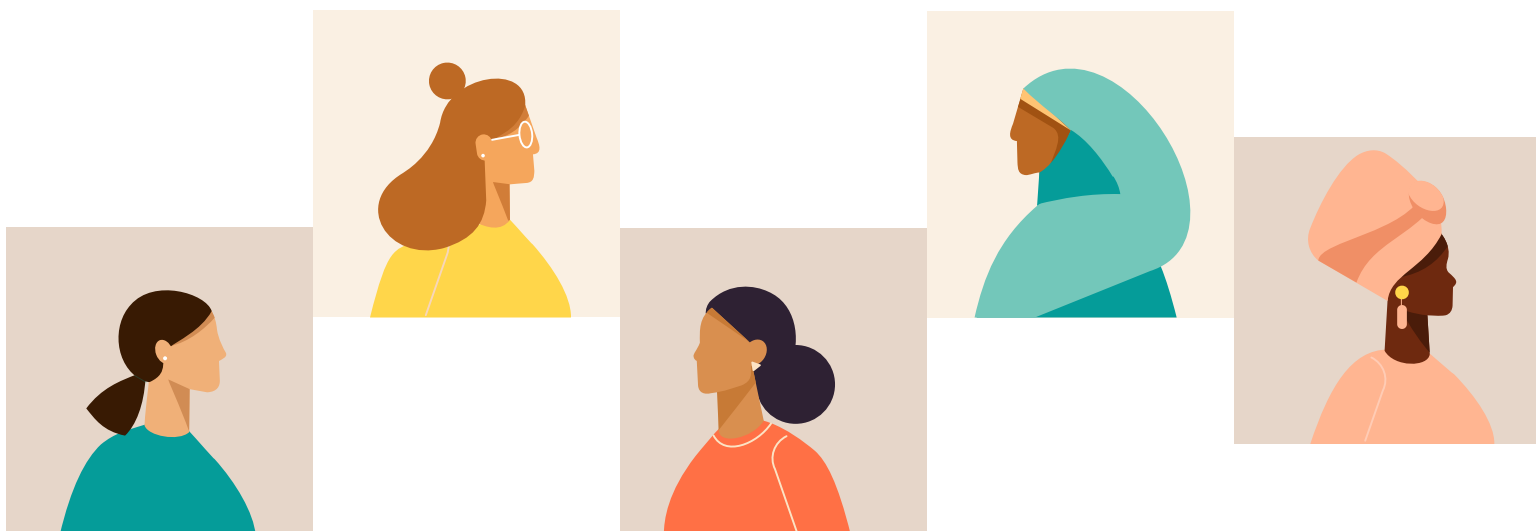
Além do desafio da continuidade no tratamento do HIV, o estigma e a discriminação relacionados ao vírus têm sido cada vez mais relatados como um acréscimo notável às dificuldades das pessoas que vivem com o HIV durante emergências relacionadas ao clima, tornando muito mais difícil o acesso a serviços de saúde e educação, e também a necessidades básicas, como comida e abrigo. A crise climática dará origem a um aumento da migração, prejudicando o acesso a prevenção, cuidados e tratamento para o HIV. Crises migratórias prejudicam ainda mais as redes comunitárias tradicionais de segurança.

HIV, MULHERES E MENINAS

DADOS-CHAVE

TODA SEMANA,
CERCA DE
6.000 JOVENS
MULHERES DE
15 A 24
ANOS SÃO
INFECTADAS
PELO HIV. SÃO
860 TODOS
OS DIAS.

- Globalmente, em 2018, estima-se que 18,8 milhões de mulheres com 15 anos ou mais viviam com HIV. Isso é 52% de todas as pessoas com 15 anos ou mais que vivem com HIV.
- O mundo ainda está longe de alcançar a meta global de reduzir novas infecções por HIV entre meninas adolescentes e mulheres jovens para menos de 100.000 até 2020: em 2018, esse número era de 310.000 [190.000-460.000], três vezes maior que a meta.
- Toda semana, cerca de 6.000 jovens mulheres de 15 a 24 anos são infectadas pelo HIV. São 860 todos os dias.
- Globalmente, meninas adolescentes e mulheres jovens representaram 60% dos 510.000 [300.000-740.000] novos casos estimados de infecções por HIV nessa faixa etária em 2018.
- Na África Subsaariana, a região com as maiores epidemias de HIV no mundo, as mulheres representaram 59% das novas infecções entre adultos (maiores de 15 anos) em 2018.
- As doenças relacionadas à AIDS continuam sendo a principal causa de morte entre as mulheres em idade reprodutiva.
- Em 2018, quase 82% [62–95%] das mulheres grávidas que vivem com HIV em todo o mundo estavam recebendo terapia antirretroviral, que também impede a transmissão do HIV para seus filhos.
- Em áreas com alta prevalência de HIV, verificou-se que a violência por parceiro íntimo aumenta em 50% o risco de as mulheres contraírem o HIV.
- Mulheres transexuais e trabalhadoras do sexo têm 11 vezes mais chances de viver com HIV do que outras mulheres. Mulheres em situação de prisão têm 5 vezes mais chances de



viver com HIV do que outras mulheres. Mulheres que usam drogas injetáveis são 17 vezes mais propensas que outras mulheres a viver com HIV.

- Pesquisas em países de baixa e média renda, com dados para 2013–2018, mostram que menos de 1 em cada 3 jovens tinha conhecimento preciso sobre a transmissão e prevenção do HIV. Na África subsaariana, 7 em cada 10 mulheres jovens não têm conhecimento abrangente sobre o HIV.
- Em 2019, para fazer o teste de HIV, adolescentes com menos de 18 anos precisavam de consentimento explícito dos pais em 105 dos 142 países que reportaram dados. Em 86 dos 138 países que reportaram, eles precisavam de consentimento para ter acesso a tratamento e cuidados relacionados ao HIV.
- O trabalho sexual é criminalizado ou punido em pelo menos 88 países.
- Pessoas trans são criminalizadas e / ou processadas em 19 países.
- As relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo são criminalizadas em pelo menos 66 países e são puníveis com a morte em pelo menos 10 países.
- Em 2019, leis que criminalizavam a transmissão, não divulgação ou exposição ao HIV existiam em 82 dos 119 países que reportaram dados.
- 6 países relataram que a transmissão vertical do HIV continua sendo uma ofensa criminal.
- Em 2019, 13 países relataram ter leis, regulamentos ou políticas em vigor sobre o teste obrigatório de HIV para casamento.
- Em 2019, apenas 45 dos 106 países que reportaram dados tinham programas de substituição de seringas para pessoas que usam drogas injetáveis e apenas 48 (de 134 países que reportaram) fizeram terapia de substituição de opioides.
- Em 2016, havia 2,57 milhões de pessoas vivendo com HIV afetadas por emergências humanitárias em todo o mundo, pelo menos metade delas eram mulheres.

EM 2016, HAVIA
2,57
MILHÕES DE
PESSOAS
VIVENDO
COM HIV
AFETADAS POR
EMERGÊNCIAS
HUMANITÁRIAS
EM TODO O
MUNDO, PELO
MENOS METADE
DELAS ERAM
MULHERES.

